



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

Supremo Tribunal Federal  
Inq 0004489 - 03/05/2017 13:41  
0004385-09.2017.1.00.0000



2

Nº 103292/2017 – GTLJ/PGR  
Relator : Ministro EDSON FACHIN  
Distribuição por dependência à Petição nº 6122 e Inquérito  
4326

## SIGILOSO

PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGILOSO. ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA. ELEMENTOS QUE INDICAM A PRÁTICA DE CRIMES EM CURSO. CONEXÃO. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO.

1. Informações preliminares colhidas no bojo de negociação de acordo de colaboração premiada indicam o cometimento de crimes conexos aos já investigados perante esse Juízo.
2. Prática em tese dos crimes de Corrupção Passiva (art. 317 CP), Constituição e Participação em Organização Criminosa (art. 2º Lei 12850/13), Obstrução à investigação de Organização Criminosa (art. 2º, § 1º da Lei 12850/13).
3. Pedido de instauração de inquérito.

O Procurador-Geral da República vem perante Vossa Excelência se manifestar pela **INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO**, nos termos que se seguem.

### I – Breve Resumo dos Fatos

O Ministério Público Federal foi procurado por pessoas ligadas ao Grupo empresarial J&F<sup>1</sup>, alvo de múltiplas investigações em

<sup>1</sup> O Grupo J & F é liderado pela sociedade empresária J & F Investimentos S.A., criada em 1953, presente em mais de 30 países. Sob o controle do grupo, dentre outras empresas, estão a JBS (líder global em processamento de proteína animal), a Alpargatas (maior empresa de calçados e vestuários na América Latina), a Vigor (maior empresa brasileira de derivados de leite), a Flora (empresa líder em segmentos de limpeza doméstica e higiene

diversos juízos e instâncias, com o objetivo de que fosse entabulado acordo de colaboração premiada. A Procuradoria-Geral da República foi indicada inicialmente como órgão com atribuição para as negociações em tela em razão dos fatos ilícitos a serem narrados tratarem também de crimes cometidos por pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

Dentre os componentes do referido grupo empresarial, destaca-se o possível colaborador JOESLEY MENDONÇA BATISTA, presidente da sociedade empresária J & F Investimentos S.A., que, de maneira voluntária, dispôs-se a narrar fatos, apresentar documentos referentes a diversos crimes praticados no contexto da Operação Lava Jato, além de outros ilícitos, muitos envolvendo pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função, bem como outros meios de prova coligidos em passado recente.

Em reunião preliminar realizada em 07/04/2017, foram efetivamente apresentados alguns elementos de prova que indicavam a possível prática de crimes por parte de algumas autoridades com foro por prerrogativa de função perante esse Egrégio Supremo Tribunal Federal. Esse material preliminar resultou em pedido de instauração de inquérito, bem como em algumas medidas cautelares investigativas, na tentativa de melhor elucidar os fatos trazidos pelos candidatos à colaboração.

Dentre os elementos de prova entregues oficialmente ao Ministério Público Federal àquele momento, sobreleva mencionar, aqui, a existência de 2 (duas) gravações em áudio efetivadas pelo próprio aspirante a colaborador JOESLEY MENDONÇA BATISTA, material já colocado à disposição desse Juízo, que podem ser assim resumidas: (1) Gravação de conversa com o atual presidente

peçoal), a Eldorado Brasil (maior planta para produção de celulose no mundo) e o Banco Original. A receita líquida da J & F Investimento S.A., em 2015, foi de 174 bilhões de reais. Vide em: <http://jfinvest.com.br/quem-somos/apresentacao/>.

da República, MICHEL TEMER, no mês de março do corrente ano, provavelmente em 7/03/2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu, residência oficial do atual presidente, em Brasília-DF [Áudio PR1 14032017.WAV] e (ii) Gravação de conversa com o senador AÉCIO NEVES, ocorrida no mês de março do corrente ano, provavelmente em 24/03/2017, no Hotel Unique, São Paulo-SP [Áudio Aeunique.WAV].

Pelo menos nessas duas oportunidades, JOESLEY MENDONÇA BATISTA conversou com as autoridades mencionadas sobre as investigações da Lava Jato e os inquéritos em que o Grupo J & F era alvo de investigação. Também para as duas autoridades, presidente e senador da República, JOESLEY MENDONÇA BATISTA mencionou que sua situação em primeiro grau estaria sendo resolvida, pois estaria “acertando seus casos com um juiz e um procurador da República”.

Nas conversas preliminares, no decorrer do processo de negociação, JOESLEY MENDONÇA BATISTA afirmara para a Procuradoria-Geral da República que esse fato envolvendo juiz e/ou procurador da República era apenas uma bravata. Entretanto, em 27 de abril de 2017, espontaneamente, JOESLEY MENDONÇA BATISTA e seu advogado, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, compareceram ao Ministério Público Federal para esclarecer especificamente essa situação.

Em síntese, o candidato à colaboração e o seu advogado explicam que firmaram contrato de prestação de serviços advocatícios com o causídico WILLER TOMAZ. Tal advogado teria oferecido facilidades para o patrocínio do grupo J & F no contexto da Operação Greenfield, a qual tramita perante o primeiro grau da Justiça Federal de Brasília.

O contato inicial com o advogado teria sido aviado a partir de um amigo de JOESLEY MENDONÇA BATISTA, ANDRÉ GUSTAVO VIEIRA DA SILVA<sup>2</sup> que teria feito o contato a partir da intermediação do também advogado JULIANO COSTA COUTO, atual presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do DF.

Segundo os relatos, WILLER TOMAZ, além de ter relatado uma proximidade de caráter pessoal com o juiz federal substituto da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, RICARDO SOARES LEITE, que é um dos juízes de causas de interesse do grupo em 1º grau, afirmou que teria contato com um procurador da República, que posteriormente souberam tratar-se de ANGELO GOULART VILELLA, que poderia lhes auxiliar no intento do grupo relativamente à operação.

WILLER TOMAZ narrou a JOESLEY MENDONÇA BATISTA e a seu advogado, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, que o procurador da República ANGELO GOULART VILELLA estaria em poucos dias ingressando na Força-tarefa responsável pela Greenfield. Para viabilizar essa ajuda, WILLER TOMAZ informou que repassaria ao procurador ANGELO GOULART VILELLA a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais, a título de “ajuda de custo”.

Em seguida, WILLER TOMAZ não apenas realizou, em seu escritório, uma reunião entre o advogado da J & F, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, e o procurador da República ANGELO GOULART VILELLA, com a finalidade de tratar do caso, como também apresentou aos seus clientes documentos de acesso restrito da Força-tarefa responsável pela Greenfield (documentos que se encontram anexados aos presentes autos).

<sup>2</sup> Sócio da agência de publicidade *Arroz*.

Além disso, dos relatos, é possível depreender que o advogado WILLER TOMAZ, com a possível ajuda do procurador da República ANGELO GOULART VILELLA, estaria procurando obstar ou, no mínimo embaraçar eventual processo de negociação de acordo de colaboração premiada - ora em curso. WILLER TOMAZ receava que "seus amigos" fossem prejudicados com as colaborações do grupo J & F.

Ainda, segundo os relatos, é possível depreender uma proximidade do advogado WILLER TOMAZ com integrantes do PMDB. JOESLEY MENDONÇA BATISTA menciona, por exemplo, que percebeu um afastamento de RENAN CALHEIROS e de ROMERO JUCÁ quando surgiram notícias de que uma colaboração estava em curso, período que coincide com o contato do advogado WILLER TOMAZ reclamando acerca das possíveis tratativas de colaboração. A reaproximação desses políticos, por outro lado, coincidiu com algumas medidas de contrainformação tomadas pelo grupo J & F e por outros membros do Ministério Público Federal, para alijar WILLER TOMAZ e ANGELO GOULART VILELLA dos fatos.

## II – Dos possíveis crimes praticados

Dos depoimentos prestados na Procuradoria-Geral da República em 27 de abril de 2017 (seguem em anexo), os trechos mais importantes podem ser assim destacados:

JOESLEY MENDONÇA BATISTA



Que, na conversa com o advogado Willer Tomaz, inclusive a respeito dos honorários cobrados, o advogado falava que tinha proximidade a um juiz chamado Ricardo Soares Leite, que não era o titular da vara, mas seria o substituto da vara em que o caso tramitava; Que achava que aquilo poderia ajudar; Que o advogado deixou claro que não havia propina, mas apenas amizade e proximidade com o juiz (grifo nosso); Que cobrou um jantar junto com o magistrado e o advogado, então, para comprovar os fatos; Que, então, foi acertada a tratativa, mas que quer deixar claro que não havia indicativo de que teria entre o advogado e o juiz algum negócio financeiro, mas apenas uma boa relação; Que foi nesse contexto em que o advogado Willer Tomaz foi contratado; Que falou com o advogado Francisco para a empresa contratar o advogado Willer Tomaz e finalizar as negociações de honorários, que já estavam previamente acertados; Que o valor acertado foram 4 milhões de honorários iniciais, mais 4 milhões por êxito, o qual seria o arquivamento do inquérito, total de 8 milhões; Que após contratado, o Francisco foi fazer visita a ele, Tomaz, para acertar a estratégia jurídica; Que o escritório dele fica na QI 3, Conjunto 01; Que depois de tudo certo, o advogado Tomaz comentou que tinha um amigo dele o qual iria se juntar à força tarefa do procurador Anselmo da Greenfield; Que o advogado disse que seu amigo, o procurador, ia poder ajudar no seu caso; Que, então, passadas uma semana ou duas, o Francisco comentou que esteve lá para tratar dos assuntos e havia uma pessoa, de nome Ângelo, se dizendo procurador da república, do Rio de Janeiro, e estaria sendo parte da força tarefa, estaria sendo nomeado; Que Francisco encontrou com esse procurador no escritório do Willer Tomaz e que tiveram os três uma reunião conjunta (grifo nosso); Que se recordou, então, que o advogado Willer Tomaz havia comentado desse contato com um membro do Ministério Público; Que as tratativas da defesa da empresa se seguiram, quando o Francisco avisa a ele que recebeu, no Whatsapp, do Willer Tomaz, a mensagem da nomeação do Angelo na força tarefa; Que então percebeu que era verdade, que o advogado disse aquilo e aquilo ia acontecer e aconteceu mesmo (grifo nosso); Que aquela pessoa encontrada por Francisco no escritório do advogado era realmen-

te um procurador da república que foi integrado na Força-Tarefa da Greenfield; Que começou a acreditar que poderia ter alguma relação entre o advogado e o procurador; (...) **Que o advogado pegou o celular dele e disse, “olha, semana passada, o Ângelo teve a primeira reunião de trabalho dele” e, coincidentemente, foi justamente o depoimento que o Mário Celso, ex-funcionário do grupo JBS, teve com o procurador Anselmo; Que o Ângelo teria mandado para Willer Tomaz a gravação de toda a audiência, da oitiva de Mário Celso na sede do Ministério Público; Que Ângelo estaria junto, na oitiva, e teria gravado e mandado o áudio para o advogado Willer Tomaz; Que, então, acreditou que o negócio do procurador seria verdade; Que o advogado teria dito que iria dar R\$ 50.000,00 por mês, para o Ângelo, a título de “ajuda de custo” para ajudar no caso (grifo nosso); Que quando o advogado aparece com a gravação e com o nome “Ângelo” nas trocas de mensagens, o depoente percebeu a gravidade do assunto; Que o advogado mostrou para o depoente o próprio celular e o depoente pôde visualizar enorme quantidade de mensagens trocadas entre o advogado e o procurador, tendo ainda constatado que, de fato, o áudio havia sido enviado pelo procurador ao advogado. (...) Que, depois, procuraram a PGR, ainda em uma primeira conversa, para tratar das colaborações, foi ainda uma primeira tratativa aqui na PGR; Que, não sabe como, mas acha que o Ângelo ficou sabendo desse evento, porque logo depois da vinda à PGR, o Willer Tomaz ligou para o Francisco dizendo que sabia da delação, bastante nervoso, dizendo que estava com medo que “os amigos dele fossem prejudicados” (grifo nosso); Que o Francisco lhe teria relatado que na ligação Tomaz falava de coisas pertinentes da reunião; Que achou que havia alguma coisa estranha na história do procurador Ângelo; Que se recorda preocupação do Willer Tomaz em apagar a gravação, mas ele gravou sem ele perceber e ainda a tem; Que achou que haveria uma pessoa dentro da força tarefa da Greenfield, que seria uma pessoa que vazaria informações para o advogado Tomaz; Que ainda, no dia seguinte, várias pessoas ligadas ao PMDB, turma do Senado, se afastaram do depoente; Que em Brasília correu a história da delação; Que ouviu dizer que o Tomás teria relações com o PMDB do Senado;**

Que ficou receoso com o fato de o procurador da força tarefa da Greenfield poder estar vazando informações; Que ai pediu ao Francisco para falar com o Anselmo, procurador, que alguma da sua equipe está vazando informação; Que Francisco teria contado por alto o caso; Que deste dia em diante o Anselmo, quem acredita ser uma pessoa muito séria, passou a fazer contrainformação; Que deste dia em diante percebeu que foram parando os boatos; que então o advogado voltou a normalidade dos contatos, os quais tinham ficado escassos; Que, então, os políticos que tinham se afastado também voltaram a contactá-lo, como o senador Renan e o senador Romero Jucá; Que percebeu um certo movimento de volta de contatos (grifo nosso); Que não tem certeza se o advogado tem relações com esses políticos, mas já ouviu dizer que o Willer Tomaz tem contato com o Fabiano Silveira, ex-ministro, quem seria próximo ao Renan Calheiros (grifo nosso); (...) **Que tudo isso é muito novo para o depoente e seus funcionários, que ele vive em um Brasil que trabalha há 30 anos e que nunca pôde confiar 100% em uma instituição brasileira; Que em geral apenas teve contato com instituições corruptas; Que teve receio dos fatos, quando se deparou com a situação que um procurador da força tarefa estava se vendendo; Que se questionava quem mais poderia estar envolvido; Que teve receio de relatar, em um primeiro contato; Que a seriedade em que os assuntos foram tratados o fez acreditar que estava em um ambiente seguro; Que no primeiro dia ficou preocupado inclusive com o Dr. Anselmo, preocupado que ele também estivesse envolvido; Que depois, ao conhecê-lo melhor e ao conhecer os demais membros da FT Lava Jato na PGR adquiriu confiança para relatar os fatos com detalhes (grifo nosso); Que está trazendo esse caso porque o acha muito relevante, em face do perigo que é ter um procurador como esse dentro de uma força-tarefa; Que esses fatos foram um dos motivos que fez o colaborador, inclusive, procurar a PGR para fazer uma colaboração;**

FRANCISCO DE ASSIS E SILVA





Que no dia seguinte comunica a Eldorado que o contrato foi firmado e neste dia volta ao escritório, já contratado, dia 15 ou 16 de fevereiro de 2017, para discutir estratégias; Que a ideia inicial era não substituir o advogado que estava atuando, Ministro Pertence; **Que nessa reunião com o advogado Willer Tomaz, em que ele fez todo um discurso comercial, do trabalho dele, Tomaz disse que ia mostrar a confiança e a qualidade; Que Tomaz disse que ia apresentar um amigo, que então entrou uma pessoa na sala, que essa pessoa seria um procurador da república, de nome Ângelo Goulart, que estaria lotado no Rio de Janeiro, mas estava trabalhando com TSE; Que na oportunidade foi mencionado que Ângelo iria compor a força tarefa da GreenField; Que falou prazer em te conhecer e queria aproveitar a oportunidade pra discutir com ele a causa (grifo nosso); Que havia um erro de premissa no relatório da PREVIC e um erro na medida cautelar proposta pelo Ministério Público; Que era importante o Ministério Público perceber esse equívoco; Que o laudo fala um valor, mas o MPF diz que é outro; Que o procurador, Ângelo, teria então agradecido; Que reconhece o procurador deste dia com o da foto ora apresentada; Que se lembra que aquela apresentação era para provar aquilo que Tomaz já tinha prometido para o Joesley; Que a conversa foi técnica, sobre o caso, naquele momento; Que naquele momento foi falado que ele iria entregar a força-tarefa da Greenfield; Que o procurador ouviu e disse que ia tentar entender; Que não lembra mais tanto do que foi falado; Que ficou constrangido com a situação de conhecer a autoridade ali, naquela situação; (...); Que falou pro Joesley com espanto sobre o fato de o advogado ter colocado um procurador na sala para falar com ele; Que, na época, depois houve a prisão do Mário Celso; Que depois estratégias jurídicas foram tratadas entre os advogados, tramites normais; **Que a prisão do Mário Celso foi no dia 08 de março de 2017; Que o cargo que ele ocupava era de sócio do Joesley na Greenfield; Que após a prisão dele houve a audiência ou reunião dele, entre Mário Celso, acompanhado do filho, o Anselmo e o procurador Ângelo; Que alguns dias depois dessa audiência o advogado Willer Tomaz manda por Whatsapp cópia da portaria nomeando o procurador Ângelo para a Greenfield; Que lembra depois da ligação do Tomaz para tratar so-****

bre a possível delação; Que o Tomas perguntou se seria possível que outro advogado estivesse tratando de colaboração com a PGR; Que, de pronto negou o fato, apesar de confirmar que sempre existe a chance de outro advogado estar fazendo, mas, se isso fosse verdade, o depoente saberia; Que o advogado teria falado: "Cuidado para o Joesley não prejudicar meus amigos"; Que o advogado teria dito ainda que a colaboração já teria 80% do assunto reduzido a termo (grifo nosso); (...) Que o depoente procurou o doutor Anselmo pra falar que havia vazamentos; Que o Anselmo então marcou uma reunião para tratar do tema; Que, depois de algumas informações dadas pelo depoente, o Anselmo associou as informações ao procurador Ângelo, mas que o Anselmo não estava certo de o Ângelo ser o responsável pelos vazamentos; Que depois encontrou com o Willer Tomaz, que estava nervoso, que Tomaz alegou que o depoente estava atropelando o Tomaz, que deveriam discutir mais as estratégias; Que, nessa oportunidade, o Willer Tomaz lhe entregou alguns documentos, que seriam relatórios da FT da Greenfield; Que se recorda de informações referentes a CVM; Que o Tomaz não confirmou que os relatórios foram entregues pelo Ângelo, mas acha que ele não confirmou por receio de estar sendo gravado; Que nesta conversa o advogado Tomaz retomou no tema delação e indagou se um dos assuntos, dos anexos, poderia ser da relação entre o Tomaz e o Ricardo, que na hora o depoente mandou o Tomaz esquecer o assunto de delação, que não haveria; Que o depoente confirma existirem detalhes interessantes nos documentos referentes aos casos (grifo nosso); Que a letra constante dos documentos não é do depoente, mas não sabe de quem é; Que, ainda na conversa o advogado Tomaz, este reclamou dos honorários, cobrou mais por tudo que estava oferecendo; Que nessa conversa falou que um terço do que cobrou foi pro Juliano Costa Couto, um terço foi para o André e o restante foi pra alguém que não se lembra quem foi; Que até 19 de abril, os contatos diminuíram muito com o advogado Tomaz, mas que perguntou para o Willer Tomaz se havia mesmo remuneração para o procurador, o que foi confirmado, no valor de 50.000,00; Que no mesmo dia, 19 de abril, o advogado, por meio de Facetime, entrou em contato com o depoente, e na

conversa mostrou o Ângelo, procurador, que cumprimenta o depoente; que nessa conversa o Willer Tomaz tenta marcar um jantar em São Paulo, mas não comparece (grifo nosso); Que no dia seguinte, o Tomaz pergunta: “quem é o advogado que vai na PGR falar em nome de vcs”, porque haveria alguém que estaria indo na PGR tratar de colaboração em nome do grupo econômico JBS; Que o depoente negou o fato e disse que era ele, o depoente, que desde 2007, 2008, por conta de problemas ambientais, representa o grupo perante a PGR; Que a conversa no FaceTime ora referida ocorreu no dia 19 de abril, por volta das 11h44min; Que neste ato, entrega quatro folhas de documentos: (i) Reunião, 31.03.2017, CVM; (ii) Reunião, 31.03.2017, escrito FT da Greenfield; (iii) Reunião, 30.03.2017, escrito Cia Petrobras; (iv) Reunião, 30.03.2017, escrito Petros, todos seguidos de vários tópicos; Que o depoente identifica temas relevantes referentes à Greenfield nos documentos, com detalhes da operação; Que o Willer Tomaz o teria explicado alguns tópicos nos papéis; Que os escritos nos papéis já estavam, não inseriu nada; Que o André lhe apresentou o Juliano Costa Couto, quem por sua vez o apresentou ao Willer Tomaz, no escritório deste, na QI 03, Conjunto 01, Lago Sul; Que essas três pessoas receberam uma parte dos honorários, segundo falou o Willer Tomaz; Que apenas teve dois contatos com o Ângelo, uma vez no escritório e outra vez no FaceTime; Que não lembra bem, agora, se o Tomaz falou de valores para ele diretamente sobre os R\$ 50.000,00 para o procurador, mas confirma que sabe do tema, talvez por ter ouvido do Joesley; Que confirma a conversa com o Tomaz para aumento de honorários; Que sobre a conversa do dia 19 de abril, no FaceTime, se recorda que estava no momento na cantina do trabalho, quando o Willer pediu para falar com ele no FaceTime; Que o depoente não saber usar muito a ferramenta; Que quando o depoente consegue atender a ligação, o advogado mostrou o procurador Ângelo; Que o depoente ficou constrangido com a situação; Que nesse Facetime não se falou de colaboração, mas que o advogado marcou um jantar em São Paulo, para o qual Willer Tomaz não compareceu; Que o Willer Tomaz aparentemente iria sozinho ao jantar; Que então marcaram, no dia seguinte, na empresa, foi quando se falou em delação e quando alguém viria na PGR em nome do grupo; **Que ainda nesse dia foi marcado em**

um jantar com o Ângelo em Brasília, na terça-feira, dia 25 de abril de 2017; Que recentemente o advogado Willer Tomaz teria ligado para o Ângelo para tentar agendar a data, mas que não houve o jantar, por conta das negociações da colaboração; Que o depoente, então, desmarcou o jantar do dia 25 de abril de 2017, mas tentou, depois, remarcar o jantar com o Willer Tomaz e o procurador; Que então o advogado Willer Tomaz remarcou o jantar para a próxima quarta-feira, em São Paulo, com o procurador Ângelo, dia 03 de maio de 2017 (grifo nosso); Que neste ato está entregando os quatro documentos supra referidos. Que nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento.

Esses são os fatos mais relevantes relatados nos depoimentos prestados por JOESLEY MENDONÇA BATISTA e FRANCISCO DE ASSIS E SILVA.

Saliente-se que o possível encontro – jantar – entre o Sr. FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, o advogado WILLER TOMAZ e o procurador da República ÂNGELO GOULART VILELLA, teve seu local posto em dúvida em virtude de compromissos pessoais dos envolvidos podendo sua realização ocorrer em Brasília-DF, em local a ser definido.

### III – Do enquadramento típico

Os elementos de prova colhidos indicam a possível prática de corrupção ativa por, pelo menos, JOESLEY BATISTA e de corrupção passiva por, pelo menos, WILLER TOMAZ e ANGELO GOULART VILELLA, crimes assim prescritos no Código Penal:

#### **Corrupção ativa**

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de

ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

(...)

### **Corrupção passiva**

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

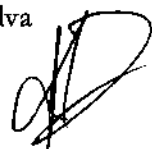
Os elementos de prova revelam também que o advogado WILLER TOMAZ, com a possível ajuda do procurador da República ANGELO GOULART VILELLA, estaria tentando atrapalhar o processo de negociação de acordo de colaboração premiada ora em curso, com o escopo, possivelmente, de proteger amigos políticos integrantes do PMDB. Há, pois, também o indicativo da possível prática dos delitos de organização criminosa e de obstrução à Justiça, previstos na Lei 12.850/2013 da seguinte maneira:

### **Organização Criminosa**

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.



As investigações a serem realizadas podem não apenas descortinar a participação de outros agentes aos delitos apontados, mas também relevar a prática de outros crimes.

#### **IV – Da conexão**

Como se vê, os fatos articulados no presente requerimento são conexos a outros já analisados pelo Exmo. Ministro EDSON FACHIN, decorrentes das provas apresentadas pelos membros do grupo econômico J & F, candidatos à colaboração premiada.

Inicialmente, deve-se destacar a importância da conexão probatória (art. 76, inciso III, do CPP) neste momento inicial das investigações. Os fatos narrados estão imbricados ao procedimento de colaboração premiada ora em curso, de maneira que qualquer desmembramento, agora, resultará não apenas em prejuízo às investigações, mas também ao próprio sigilo necessário para o sucesso das colaborações.

Vale ressaltar que o contexto em que os fatos aqui narrados surgem, qual seja os diálogos travados entre JOESLEY BATISTA e autoridades com foro por prerrogativa de função, notadamente MICHEL TEMER e AÉCIO NEVES, é o mesmo a partir do qual foram instauradas as investigações que antecedem a presente manifestação. Há, pois, elementos probatórios em comum, os quais, pelo menos neste momento inicial das investigações, justificam a conexão.

Segundo, a possível prática dos delitos de organização criminosa e de obstrução à Justiça, previstos na Lei 12.850/2013, afeta diretamente interesse da investigação supervisionada



diretamente por esse Supremo Tribunal Federal, seja no que se refere à sua competência para a homologação dos acordos de colaboração premiada ora em tratativa, seja quanto aos prejuízos às investigações já empreendidas no contexto dos demais casos. Alguns dos fatos trazidos pelos colaboradores têm relevância para a Operação Lava Jato e a preocupação do advogado WILLER TOMAZ com a colaboração em curso corrobora os fatos já relevados, notadamente o *modus operandi* do núcleo político da organização criminosa investigada.

Terceiro, uma linha de investigação a ser avaliada é a que implica o envolvimento de membros do PMDB, autoridades com foro por prerrogativa de função, nos crimes narrados. Embora ainda não haja elementos para, em caráter preliminar próprio de uma investigação criminal, associar agora as autoridades com foro por prerrogativa de função aos crimes descritos, esse caminho da investigação já é vislumbrado e pode consolidar a competência desta Egrégia Corte, independentemente da conexão probatória já referida.

Ademais, de maneira semelhante às investigações e às outras medidas cautelares já requeridas a esta Egrégia Corte, decorrentes de provas fornecidas pelos representantes do grupo J & F, neste caso há também a urgência derivada do fato de que há crimes que estão em curso ou com atos de exaurimento a serem praticados. Haverá, conforme relatado, um encontro marcado para São Paulo ou Brasília, 03/05/2017, entre representante da J & F, o advogado WILLER TOMAZ e o procurador ANGELO GOULART VILELLA. Qualquer demora em serem intentadas algumas medidas necessárias à elucidação dos fatos pode afetar severamente a efetividade das investigações.

Por fim, até o momento do presente requerimento não

foram ultimadas as tratativas para efetivar acordo de colaboração premiada com os candidatos a colaborador. Em face disso, ao menos por ora, qualquer medida tendente ao desmembramento das investigações poderia devassar o conteúdo das tratativas em curso e comprometer o sigilo das medidas já requeridas.

Estas as razões pelas quais dirigido o requerimento diretamente a V. Exa.

#### V – Dos requerimentos

Ante o exposto, em razão dos fatos acima narrados, o Procurador-Geral da República requer:

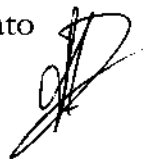
(i) a instauração de inquérito sigiloso, com prazo inicial de 30 (trinta) dias, para investigação dos fatos acima descritos, com a subsequente e imediata remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República;

(ii) a juntada dos documentos que acompanham a presente petição;

(iii) em razão da sensibilidade do presente feito, requer seja determinada a restrição de acesso ao presente inquérito ao Delegado de Polícia Federal Josélio Azevedo de Sousa, que coordena as investigações relacionadas à Lava Jato que tramitam no STF, bem como aos policiais por ele indicados, sendo vedado o compartilhamento de qualquer informação relacionada à presente investigação a outras pessoas, ainda que se tratem de superiores hierárquicos;

Como diligências preliminares, indicam-se:

(i) o monitoramento, pela Polícia Federal, no escritório do advogado WILLER TOMAZ, localizado na SHIS, QI 01, Conjunto





25, Brasília, durante, pelo menos, o horário comercial (entre as 8h e as 20h) a fim de acompanhar a entrada e saída de pessoas, notadamente aquelas com relação às investigações em curso;

(ii) a oitiva como testemunha do procurador da República ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES, lotado na Procuradoria da República no DF e coordenador da Força-tarefa integrada pelo procurador da República ÂNGELO GOULART VILELLA, especialmente com a finalidade de verificar a pertinência dos documentos entregues por WILLER TOMAZ a FRANCISCO DE ASSIS E SILVA a discussões ou reuniões da referida Força-tarefa;

(iii) a realização de exame grafotécnico na anotação manuscrita contida no documento intitulado REUNIÃO 31 DE MARÇO CVM (FT, MILLA E MARCO ANTÔNIO), a fim de verificar se é possível afirmar que a caligrafia ali lançada é do procurador da República ÂNGELO GOULART VILELLA, podendo os elementos de cotejo ser obtidos junto à Procuradoria-Geral da República.

Brasília (DF), 2 de maio de 2017.

  
**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**  
Procurador-Geral da República

PA/



PORTARIA PGR/MPF N.º 459, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.008266/2016-11, resolve:

Art. 1º Designar os Procuradores da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal; Aldo de Campos Costa, lotado na Procuradoria da República no Município de Araguaína-TO e Paulo Gomes Ferreira Filho, lotado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para atuarem em conjunto nos ICs nºs 1.16.000.003243/2014-98, 1.16.000.004819/2014-34, 1.16.000.003575/2015-53, 1.16.000.003632/2015-02, 1.16.000.000373/2016-31, 1.16.000.000375/2016-20, 1.16.000.000378/2016-63, 1.16.000.000383/2016-76, 1.16.000.000388/2016-07, 1.16.000.000389/2016-43, 1.16.000.000390/2016-78, 1.16.000.000393/2016-10, 1.16.000.000396/2016-45; nos PICs nº 1.16.000.003701/2015-70, 1.16.000.003703/2015-69, 1.16.000.000099/2016-08, 1.16.000.000128/2016-23, 1.16.000.000992/2016-25, 1.16.000.000993/2016-70, 1.16.000.000997/2016-58, 1.16.000.000999/2016-47, 1.16.000.001002/2016-76, 1.16.000.001004/2016-65, 1.16.000.001028/2016-14, 1.16.000.001029/2016-69 e nos feitos e ações deles decorrentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

**Portaria PGR/MPF nº 762, de 2 de setembro de 2016.**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Ofício nº 613/2016/PGR/5ª CCR/MPF, resolve:

Designar o Procurador Regional da República MARCIO BARRA LIMA, lotado na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, e os Procuradores da República CARMEN SANTANNA, lotada na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, CRISTIANE PEREIRA DUQUE ESTRADA, lotada na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, VALTAN TIMBÓ MARTINS MENDES FURTADO, lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal, e KAREN LOUISE JEANETTE KAHN, lotada na Procuradoria da República em São Paulo, para atuarem em conjunto com os membros designados pela Portaria PGR/MPF nº 459, de 17.6.2016, publicada no DOU, Seção 2, fl. 53, de 20 subsequente, a partir do dia 5.9.2016.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros



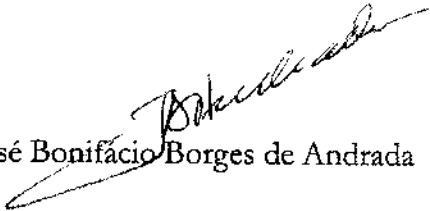
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

**Portaria PGR/MPF nº 1054, de 30 de novembro de 2016**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 9302/2016 - MPF/PRDF/4º OF. DE COMBATE À CORRUPÇÃO, de 28 de novembro de 2016, da Procuradoria da República no Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Dispensar o Procurador da República ALDO DE CAMPOS COSTA da designação constante da Portaria PGR/MPF nº 459, de 17 de junho de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 53, de 20 de junho de 2016.

Art. 2º Incluir os Procuradores da República ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR, lotada na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, e ANDREY BORGES DE MENDONÇA, lotado na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, na designação efetuada pela Portaria PGR/MPF nº 459, de 17 de junho de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 53, de 20 de junho de 2016, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 762, de 2 de setembro de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 51, de 6 de setembro de 2016.

  
José Bonifácio Borges de Andrada



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República**

**Portaria PGR/MPF nº 154, de 15 de fevereiro de 2017**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 1063/2017 - MPF/PRDF/4º OF. DE COMBATE À CORRUPÇÃO, de 14 de fevereiro de 2017, da Procuradoria da República no Distrito Federal, resolve:

Incluir os Procuradores da República ANA CAROLINA ALVES ARAÚJO ROMAN, lotada na Procuradoria da República no Distrito Federal, e RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA, lotado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, na designação efetuada pela Portaria PGR/MPF nº 459, de 17 de junho de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 53, de 20 de junho de 2016, alterada pelas Portarias PGR/MPF nº 762, de 2 de setembro de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 51, de 6 de setembro de 2016, e 1054, de 30 de novembro de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 36, de 6 de dezembro de 2016.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República**

**Portaria PGR/MPF nº 239, de 20 de março de 2017**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 1806/2017 - MPF/PRDF/4º OF. DE COMBATE À CORRUPÇÃO, de 16 de março de 2017, da Procuradoria da República no Distrito Federal, resolve:

Incluir os Procuradores da República ANGELO GOULART VILLELA, lotado no Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, GUILHERME AUGUSTO VELMOVITSKY VAN HOMBEECK, lotado na Procuradoria da República no Município de Palmeira das Missões/RS, e HEBERT REIS MESQUITA, lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal, na designação efetuada pela Portaria PGR/MPF nº 459, de 17 de junho de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 53, de 20 de junho de 2016, alterada pelas Portarias PGR/MPF nº 762, de 2 de setembro de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 51, de 6 de setembro de 2016, 1054, de 30 de novembro de 2016, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 36, de 6 de dezembro de 2016, e 154, de 15 de fevereiro de 2017, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 51, de 23 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros



**TERMO DE DEPOIMENTO**  
que presta **FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**

Aos 27 dias do mês de abril de 2017, na cidade de Brasília/DF, na sede da Procuradoria-Geral da República, presentes os membros do Ministério Público Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior, Sérgio Bruno Cabral Fernandes e Eduardo Botão Pelella, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República por meio da Portaria PGR/MPU de nº 3, de 19/1/2015 e atualizações, e o advogado **FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**, OAB/PR 16.615, com endereço profissional na Rua Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, representado neste ato em causa própria, porque foi referido em declaração de depoimento anterior prestado por seu cliente, pretende esclarecer, de maneira espontânea, os seguintes fatos: Que efetivamente o assunto começa quando um amigo do Joesley apresenta para o depoente um advogado, Juliano Costa Couto, atual presidente da OAB/DF; Que encontrou com Juliano, tomou um café da manhã sobre temas jurídicos, conversa profissional; Que isso foi logo depois da Greenfield; Que depois, em alguns dias, André amigo do Joesley indagou se o Juliano iria ou não trabalhar com eles; Que antes de encerrar o ano foi feito um termo de garantia com a Greenfield e passou o fim do ano relativamente tranquilo; no início do ano o MPF pede novas medidas cautelares contra o Joesley e contra a Eldorado, como bloqueio de bens, prejudicando a situação jurídica da empresa; Que pedem também a suspensão de 100 por cento da diretoria da Eldorado, que criaria um caos; Que ai volta em cena o amigo do André, que seria amigo do juiz da 10 vara; Que então o Joesley marca uma reunião para encontrar o Julianc, mas este estaria o esperando no escritório do Willer Tomaz; Que conheceu o advogado Tomaz neste dia, em 13 ou 14 de

Two handwritten signatures in black ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a large, stylized cursive mark, and the second is a smaller, more compact signature.



fevereiro de 2017; Que o advogado Tomaz explicou o trabalho do escritório, como atuaria, que seria discreto e eficaz; Que nessa reunião ele fala sobre o relacionamento íntimo com o juiz Ricardo, asseverando que não haveria promiscuidade, que nunca tinha saído da linha ética; Que relatou a reunião para o Joesley, que avaliou ser um bom escritório; Que no dia seguinte em Brasília tentou se entender com os advogados, a estratégia jurídica, que talvez fosse dia 14 ou 15 de fevereiro; Que volta com o Juliano Costa Couto e Joesley ao escritório do Tomaz e novamente é falado do relacionamento deste com o juiz Ricardo; Que houve um almoço e depois foi discutir honorários; Que a proposta foi mandado por Joesley à noite, para validar; Que já neste momento o Tomaz foi contratado e foi despachar com o magistrado; Que percebeu que quando estava negociando o contrato com o Tomaz, percebeu que o valor já estava acertado entre ele e o Joesley, que estava ali apenas para formalizar o negócio; Que seria no valor de 4 milhões iniciais e 4 milhões no caso de êxito; Que o pedido inicial seria um total de 15 milhões; Que no final foram propostos 5 milhões e 5 milhões; Que no final ficaram 4 milhões mais 4 milhões; Que no dia seguinte comunica a Eldorado que o contrato foi firmado e neste dia volta ao escritório, já contratado, dia 15 ou 16 de fevereiro de 2017, para discutir estratégias; Que a ideia inicial era não substituir o advogado que estava atuando, Ministro Pertence; Que nessa reunião com o advogado Willer Tomaz, em que ele fez todo um discurso comercial, do trabalho dele, Tomaz disse que ia mostrar a confiança e a qualidade; Que Tomaz disse que ia apresentar um amigo, que então entrou uma pessoa na sala, que essa pessoa seria um procurador da república, de nome Ângelo Goulart, que estaria lotado no Rio de Janeiro, mas estava trabalhando com TSE; Que na oportunidade foi mencionado que Ângelo iria compor a força tarefa da GreenField; Que falou prazer em te conhecer e queria aproveitar a oportunidade pra discutir com ele a causa; Que havia um erro de premissa no relatório da PREVIC e um erro na

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or similar character.

A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a simple, rounded shape.

A large handwritten mark or signature in black ink, consisting of a long, sweeping stroke that curves upwards and then downwards.





medida cautelar proposta pelo Ministério Público; Que era importante o Ministério Público perceber esse equívoco; Que o laudo fala um valor, mas o MPF diz que é outro; Que o procurador, Ângelo, teria então agradecido; Que reconhece o procurador deste dia com o da foto ora apresentada; Que se lembra que aquela apresentação era para provar aquilo que Tomaz já tinha prometido para o Joesley; Que a conversa foi técnica, sobre o caso, naquele momento; Que naquele momento foi falado que ele iria entregar a força-tarefa da Greenfield; Que o procurador ouviu e disse que ia tentar entender; Que não lembra mais tanto do que foi falado; Que ficou constrangido com a situação de conhecer a autoridade ali, naquela situação; Que aquela era um momento crítico e importante para a empresa; Que o procurador seria simpático, a reunião teria ocorrido um pouco antes do almoço; Que seria isso no dia 15 ou 16 de fevereiro; Que seria na semana que o Doutor Anselmo teria pedido medidas cautelares contra a Eldorado; Que falou pro Joesley com espanto sobre o fato de o advogado ter colocado um procurador na sala para falar com ele; Que, na época, depois houve a prisão do Mário Celso; Que depois estratégias jurídicas foram tratadas entre os advogados, tramites normais; Que a prisão do Mário Celso foi no dia 08 de março de 2017; Que o cargo que ele ocupava era de sócio do Joesley na Greenfield; Que após a prisão dele houve a audiência ou reunião dele, entre Mário Celso, acompanhado do filho, o Anselmo e o procurador Ângelo; Que alguns dias depois dessa audiência o advogado Willer Tomaz manda por Whatsapp cópia da portaria nomeando o procurador Ângelo para a Greer field; Que lembra depois da ligação do Tomaz para tratar sobre a possível delação; Que o Tomas perguntou se seria possível que outro advogado estivesse tratando de colaboração com a PGR; Que, de pronto negou o fato, apesar de confirmar que sempre existe a chance de outro advogado estar fazendo, mas, se isso fosse verdade, o depoente saberia; Que o advogado teria falado: "Cuidado para o Joesley não prejudicar meus amigos";

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or similar character.

A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a looped shape.

A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a stylized 'Z' or similar character.

1



Que o advogado teria dito ainda que a colaboração já teria 80% do assunto reduzido a termo; Que na outra semana o advogado desaparece, mas depois surge para querer falar com o Joesley, foi quando o depoente intermediou o contato dos dois em Brasília; Que o Joesley aparece em São Paulo depois com a gravação feita no hangar da Ícaro, em Brasília; Que essa gravação seria da audiência com o Mário Celso, com facilidade de se ouvir a voz do procurador Anselmo; Que não lembra de mais detalhes, mas lembra que o Mário Celso xinga o Joesley; Que achava inicialmente que o assunto que o Tomaz queria tratar era possível pedido de prisão do Joesley, mas depois percebeu que se tratava do áudio; Que não recorda exatamente qual seria esse dia do encontro entre eles; Que depois decidiram procurar a PGR; Que depois disso o Mário Celso insistiu para falar com Joesley e Wesley; Que interferiu no Mário Celso pra não falar com eles, pois haveria impedimentos desse contato em razão das cautelares; Que então conversou com o Mário Celso, oportunidade em que o gravou; Que nessa conversa o Mário Celso e o seu filho teriam confirmado que o Ângelo participou mesmo do depoimento; Que o depoente procurou o doutor Anselmo pra falar que havia vazamentos; Que o Anselmo então marcou uma reunião para tratar do tema; Que, depois de algumas informações dadas pelo depoente, o Anselmo associou as informações ao procurador Ângelo, mas que o Anselmo não estava certo de o Ângelo ser o responsável pelos vazamentos; Que depois encontrou com o Willer Tomaz, que estava nervoso, que Tomaz alegou que o depoente estava atropelando o Tomaz, que deveriam discutir mais as estratégias; Que, nessa oportunidade, o Willer Tomaz lhe entregou alguns documentos, que seriam relatórios da FT da Greenfield; Que se recorda de informações referentes a CVM; Que o Tomaz não confirmou que os relatórios foram entregues pelo Ângelo, mas acha que ele não confirmou por receio de estar sendo gravado; Que nesta conversa o advogado Tomaz retomou no tema delação e indagou se um dos assuntos, dos anexos, poderia

Assinaturas manuscritas no rodapé da página, incluindo uma assinatura grande e uma assinatura menor.



ser da relação entre o Tomaz e o Ricardo, que na hora o depoente mandou o Tomaz esquecer o assunto de delação, que não haveria; Que o depoente confirma existirem detalhes interessantes nos documentos referentes aos casos; Que a letra constante dos documentos não é do depoente, mas não sabe de quem é; Que, ainda na conversa o advogado Tomaz, este reclamou dos honorários, cobrou mais por tudo que estava oferecendo; Que nessa conversa falou que um terço do que cobrou foi pro Juliano Costa Couto, um terço foi para o André e o restante foi pra alguém que não se lembra quem foi; Que até 19 de abril, os contatos diminuíram muito com o advogado Tomaz, mas que perguntou para o Wille Tomaz se havia mesmo remuneração para o procurador, o que foi confirmado, no valor de 50.000,00; Que no mesmo dia, 19 de abril, o advogado, por meio de Facetime, entrou em contato com o depoente, e na conversa mostrou o Ângelo, procurador, que cumprimenta o depoente; que nessa conversa o Willer Tomaz tenta marcar um jantar em São Paulo, mas não comparece; Que no dia seguinte, o Tomaz pergunta: "quem é o advogado que vai na PGR falar em nome de vcs", porque haveria alguém que estaria indo na PGR tratar de colaboração em nome do grupo econômico JBS; Que o depoente negou o fato e disse que era ele, o depoente, que desde 2007, 2008, por conta de problemas ambientais, representa o grupo perante a PGR; Que a conversa no FaceTime ora referida ocorreu no dia 19 de abril, por volta das 11h44min; Que neste ato, entrega quatro folhas de documentos: (i) Reunião, 31.03.2017, CVM; (ii) Reunião, 31.03.2017, escrito FT da Greenfield; (iii) Reunião, 30.03.2017, escrito Cia Petrobras; (iv) Reunião, 30.03.2017, escrito Petros, todos seguidos de vários tópicos; Que o depoente identifica temas relevantes referentes à Greenfield nos documentos, com detalhes da operação; Que o Willer Tomaz o teria explicado alguns tópicos nos papéis; Que os escritos nos papéis já estavam, não inseriu nada; Que o André lhe apresentou o Juliano Costa Couto, quem por sua vez o apresentou ao



Willer Tomaz, no escritório deste, na QI 03, Conjunto 01, Lago Sul; Que essas três pessoas receberam uma parte dos honorários, segundo falou o Willer Tomaz; Que apenas teve dois contatos com o Ângelo, uma vez no escritório e outra vez no FaceTime; Que não lembra bem, agora, se o Tomaz falou de valores para ele diretamente sobre os R\$ 50.000,00 para o procurador, mas confirma que sabe do tema, talvez por ter ouvido do Joesley; Que confirma a conversa com o Tomaz para aumento de honorários; Que sobre a conversa do dia 19 de abril, no FaceTime, se recorda que estava no momento na cantina do trabalho, quando o Willer pediu para falar com ele no FaceTime; Que o depoente não saber usar muito a ferramenta; Que quando o depoente consegue atender a ligação, o advogado mostrou o procurador Ângelo; Que o depoente ficou constrangido com a situação; Que nesse Facetime não se falou de colaboração, mas que o advogado marcou um jantar em São Paulo, para o qual Willer Tomaz não compareceu; Que o Willer Tomaz aparentemente iria sozinho ao jantar; Que então marcaram, no dia seguinte, na empresa, foi quando se falou em delação e quando alguém viria na PGR em nome do grupo; Que ainda nesse dia foi marcado em um jantar com o Ângelo em Brasília, na terça-feira, dia 25 de abril de 2017; Que recentemente o advogado Willer Tomaz teria ligado para o Ângelo para tentar agendar a data, mas que não houve o jantar, por conta das negociações da colaboração; Que o depoente, então, desmarcou o jantar do dia 25 de abril de 2017, mas tentou, depois, remarcar o jantar com o Willer Tomaz e o procurador; Que então o advogado Willer Tomaz remarcou o jantar para a próxima quarta-feira, em São Paulo, com o procurador Ângelo, dia 03 de maio de 2017; Que neste ato está entregando os quatro documentos supra referidos. Que nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento.

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be the signature of the deponent.

A smaller handwritten mark or signature in black ink, possibly a second signature or a mark.

A handwritten mark or signature in black ink, possibly a third signature or a mark.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

*[Assinatura manuscrita]*

FERNANDO ANTÔNIO DE A. A. DE OLIVEIRA JÚNIOR

*[Assinatura manuscrita]*

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

*[Assinatura manuscrita]*

EDUARDO BOTÃO PELELLA

**DEPOENTE E ADVOGADO**

*[Assinatura manuscrita]*

FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, OAB/PR 16.615



**TERMO DE DEPOIMENTO**  
que presta **JOESLEY MENDONÇA BAPTISTA**

Aos 27 dias do mês de abril de 2017, na cidade de Brasília/DF, na sede da Procuradoria-Geral da República, com vistas a prestar declarações no bojo de procedimento de negociação de acordo de colaboração premiada a ser celebrado entre o declarante e o Ministério Público Federal, presentes os membros do Ministério Público Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior, Sérgio Bruno Cabral Fernandes e Eduardo Botão Pelella, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República por meio da Portaria PGR/MPU de nº 3, de 19/1/2015 e atualizações, e o candidato a colaborador **JOESLEY MENDONÇA BATISTA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.852.547-X SSP/SP ou RG 967.397-SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.842.211-91, residente e domiciliado na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, na presença e devidamente assistido por seu advogado, **FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**, OAB/PR 16.615, com endereço profissional na Rua Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, conforme determina o §15 do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, manifesta, em caráter preliminar, a sua espontânea vontade de contribuir de forma efetiva e integral com as investigações e com a instrução de processos criminais, mediante a prestação de informações e fornecimento de documentos e outras fontes de prova que permitam: a) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; b) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; c) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; d) a recuperação total ou parcial do



produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa (art. 4º, I, II, III e IV, da Lei 12.850/2013). Nesse sentido, o declarante, candidato a colaborador, renúncia, na presença de seus defensores, o direito ao silêncio e o direito de não se autoincriminar, bem como firma expressamente o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do § 14, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, passando a prestar as seguintes informações relativas a fatos que surgiram no decorrer do processo de negociação da colaboração, referentes a **possível fato ilícito envolvendo juiz e/ou procurador**: Que, sobre este fato, quando falou que isso era uma bravata, na realidade quis dizer que os atos que faz são feitos diretamente, e não por intermediários; Que, na verdade, um amigo seu, André, apresentou um advogado, Juliano Costa Couto, que por sua vez lhe apresentou o advogado Willer Tomás; Que estava sendo investigado no caso da Greenfield e que sofreu uma medida judicial; Que o caso corre na 10ª vara federal; Que foi apresentado ao advogado Willer Tomaz, por meio do Juliano Costa Couto, que foi apresentado pelo André, seu amigo; Que, na conversa com o advogado Willer Tomaz, inclusive a respeito dos honorários cobrados, o advogado falava que tinha proximidade a um juiz chamado Ricardo Soares Leite, que não era o titular da vara, mas seria o substituto da vara em que o caso tramitava; Que achava que aquilo poderia ajudar; Que o advogado deixou claro que não havia propina, mas apenas amizade e proximidade com o juiz; Que cobrou um jantar junto com o magistrado e o advogado, então, para comprovar os fatos; Que, então, foi acertada a tratativa, mas que quer deixar claro que não havia indicativo de que teria entre o advogado e o juiz algum negócio financeiro, mas apenas uma boa relação; Que foi nesse contexto em que o advogado Willer Tomaz foi contratado; Que falou com o advogado Francisco para a empresa contratar o advogado Willer Tomaz e finalizar as negociações de honorários, que já estavam previamente acertados; Que o valor acertado foram

A small, stylized handwritten mark or signature, possibly a letter 'b' or a similar symbol.

A vertical handwritten mark or signature, possibly a letter 'f' or a similar symbol.



4 milhões de honorários iniciais, mais 4 milhões por êxito, o qual seria o arquivamento do inquérito, total de 8 milhões; Que após contratado, o Francisco foi fazer visita a ele, Tomaz, para acertar a estratégia jurídica; Que o escritório dele fica na QI 3, Conjunto 01; Que depois de tudo certo, o advogado Tomaz comentou que tinha um amigo dele o qual iria se juntar à força tarefa do procurador Anselmo da Greenfield; Que o advogado disse que seu amigo, o procurador, ia poder ajudar no seu caso; Que, então, passadas uma semana ou duas, o Francisco comentou que esteve lá para tratar dos assuntos e havia uma pessoa, de nome Ângelo, se dizendo procurador da república, do Rio de Janeiro, e estaria sendo parte da força tarefa, estaria sendo nomeado; Que Francisco encontrou com esse procurador no escritório do Willer Tomaz e que tiveram os três uma reunião conjunta; Que se recordou, então, que o advogado Willer Tomaz havia comentado desse contato com um membro do Ministério Público; Que as tratativas da defesa da empresa se seguiram, quando o Francisco avisa a ele que recebeu, no Whatsapp, do Willer Tomaz, a mensagem da nomeação do Angelo na força tarefa; Que então percebeu que era verdade, que o advogado disse aquilo e aquilo ia acontecer e aconteceu mesmo; Que aquela pessoa encontrada por Francisco no escritório do advogado era realmente um procurador da república que foi integrado na Força-Tarefa da Greenfield; Que começou a acreditar que poderia ter alguma relação entre o advogado e o procurador; Que quando aconteceu isso, passada mais uma semana, o Willer Tomaz liga ao Francisco procurando o Joesley; Que o depoente falou que poderia encontrar com o Willer Tomaz no angar Ícaro, Terminal II, Brasília, entre um voo e outro; Que o advogado Willer chegou em avião privado, nos angares, provavelmente vindo do Espírito Santo; Que o advogado pegou o celular dele e disse, "olha, semana passada, o Ângelo teve a primeira reunião de trabalho dele" e, coincidentemente, foi justamente o depoimento que o Mário Celso, ex-funcionário do grupo JBS,

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.





teve com o procurador Anselmo; Que o Ângelo teria mandado para Willer Tomaz a gravação de toda a audiência, da oitiva de Mário Celso na sede do Ministério Público; Que Ângelo estaria junto, na oitiva, e teria gravado e mandado o áudio para o advogado Willer Tomaz; Que, então, acreditou que o negócio do procurador seria verdade; Que o advogado teria dito que iria dar R\$ 50.000,00 por mês, para o Ângelo, a título de "ajuda de custo" para ajudar no caso; Que quando o advogado aparece com a gravação e com o nome "Ângelo" nas trocas de mensagens, o depoente percebeu a gravidade do assunto; Que o advogado mostrou para o depoente o próprio celular e o depoente pôde visualizar enorme quantidade de mensagens trocadas entre o advogado e o procurador, tendo ainda constatado que, de fato, o áudio havia sido enviado pelo procurador ao advogado; Que na hora interrompeu a conversa, saiu para avisar aos pilotos que teria que postergar a decolagem, e aproveitou para gravar a gravação do que estava sendo mostrado; Que este ex-sócio era um investigado, que seria quase um adversário; Que, então, por celular, o depoente ligou o gravador do celular para captar a gravação do que estava sendo mostrada; Que ficou lá ouvindo por quase 40 minutos; Que depois da gravação, ainda ficou uns 20 minutos conversando ali com o Willer Tomaz; Que o Tomaz teria comentado ainda fatos relativos ao juiz Ricardo, de uma operação que este teria autorizado, que seria uma bomba, mas não em relação a JBS; Que quando terminou e foi embora, ficou com essa gravação; Que, depois, procuraram a PGR, ainda em uma primeira conversa, para tratar das colaborações, foi ainda uma primeira tratativa aqui na PGR; Que, não sabe como, mas acha que o Ângelo ficou sabendo desse evento, porque logo depois da vinda à PGR, o Willer Tomaz ligou para o Francisco dizendo que sabia da delação, bastante nervoso, dizendo que estava com medo que "os amigos dele fossem prejudicados"; Que o Francisco lhe teria relatado que na ligação Tomaz falava de coisas pertinentes da reunião; Que achou que havia alguma

*[Handwritten signatures and initials]*



coisa estranha na história do procurador Ângelo; Que se recorda preocupação do Willer Tomaz em apagar a gravação, mas ele gravou sem ele perceber e ainda a tem; Que achou que haveria uma pessoa dentro da força tarefa da Greenfield, que seria uma pessoa que vazaria informações para o advogado Tomaz; Que ainda, no dia seguinte, várias pessoas ligadas ao PMDB, turma do Senado, se afastaram do deponente; Que em Brasília correu a história da delação; Que ouviu dizer que o Tomás teria relações com o PMDB do Senado; Que ficou receoso com o fato de o procurador da força tarefa da Greenfield poder estar vazando informações; Que ai pediu ao Francisco para falar com o Anselmo, procurador, que alguma da sua equipe está vazando informação; Que Francisco teria contado por alto o caso; Que deste dia em diante o Anselmo, quem acredita ser uma pessoa muito séria, passou a fazer contrainformação; Que deste dia em diante percebeu que foram parando os boatos; que então o advogado voltou a normalidade dos contatos, os quais tinham ficado escassos; Que, então, os políticos que tinham se afastado também voltaram a contactá-lo, como o senador Renan e o senador Romero Jucá; Que percebeu um certo movimento de volta de contatos; Que não tem certeza se o advogado tem relações com esses políticos, mas já ouviu dizer que o Willer Tomaz tem contato com o Fabiano Silveira, ex-ministro, quem seria próximo ao Renan Calheiros; Que frisa que aquela promessa de que o advogado teria influência com o juiz Ricardo e que iriam todos jantar juntos nunca ocorreu, o jantar nunca houve; Que por outro lado, mesmo sem nunca ter prometido nada em relação a um procurador, o advogado iniciou com esses movimentos e disse que o procurador Ângelo iria ajudá-lo no caso da Greenfield; Que quando falou do fato com o presidente Michel, falou que tinha comprado um procurador e acertado o juiz, bem como teria tentado substituir o Anselmo; Que em relação ao Anselmo, realmente esse fato era bravata, mas que o restante do caso se refere aos fatos que agora esclarece;

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including a large signature and several smaller initials.



Que tudo isso é muito novo para o depoente e seus funcionários, que ele vive em um Brasil que trabalha há 30 anos e que nunca pôde confiar 100% em uma instituição brasileira; Que em geral apenas teve contato com instituições corruptas; Que teve receio dos fatos, quando se deparou com a situação que um procurador da força tarefa estava se vendendo; Que se questionava quem mais poderia estar envolvido; Que teve receio de relatar, em um primeiro contato; Que a seriedade em que os assuntos foram tratados o fez acreditar que estava em um ambiente seguro; Que no primeiro dia ficou preocupado inclusive com o Dr. Anselmo, preocupado que ele também estivesse envolvido; Que depois, ao conhecê-lo melhor e ao conhecer os demais membros da FT Lava Jato na PGR adquiriu confiança para relatar os fatos com detalhes; Que está trazendo esse caso porque o acha muito relevante, em face do perigo que é ter um procurador como esse dentro de uma força-tarefa; Que esses fatos foram um dos motivos que fez o colaborador, inclusive, procurar a PGR para fazer uma colaboração; Que não se opõe de fornecer a gravação feita, o contrato de honorários e demais documentos referentes aos fatos; Que o valor total do contrato foram 8 milhões, sendo 4 milhões de entrada e 4 milhões pelo sucesso; Que teria recebido também, já com o contrato em andamento, alguns documentos escritos, como se fossem relatórios, a respeito dos processos em andamento de interesse da empresa; que, segundo o Tomas, seria um relatório entregue pelo Ângelo ao Willer Tomaz sobre o acompanhamento de como estavam andando as investigações da Greenfield; que não prestou muita atenção aos relatórios, mas mandou o Francisco guardá-los; Que não sabe o nome completo do procurador, mas acredita ser Ângelo Goulart. Nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

*[Assinatura manuscrita]*

FERNANDO ANTÔNIO DE A. A. DE OLIVEIRA JÚNIOR

*[Assinatura manuscrita]*

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

*[Assinatura manuscrita]*

EDUARDO BOTÃO PELELLA

**DEPOENTE E ADVOGADO**

*[Assinatura manuscrita]*

JOESLEY MENDONÇA BATISTA

*[Assinatura manuscrita]*

FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, OAB/PR 16.615

## Reunião

31 de março de 2017

FT da Greenfield, Sépsis e Cui Bono (Anselmo, Paulo, Ana Cláudia, Cristiane e Rodrigo)

- Abrir PIC para rastrear patrimônio de 8 investigados fixados na reunião e enviar para Timóteo, que fará investigação patrimonial e de dados bancários, inicialmente por dois deles.
- Timóteo, Paulo e Ana Cláudia ajudaram a Cristiane a avaliar dados bancários da Global Equity.
- Cristiane mandará autos de infração da PREVIC e anexos da Global Equity pro grupo
- Anselmo compartilhará o acesso do Simba e Sittel pra FT
- Anselmo enviará arquivos de e-mails para FT (inclusive Alexey e Adilson). Em análise dos e-mails, será analisada a referência a termos como “mochila”, “caloi”, “saudade” e “café”, que podem indicar comunicação sobre propina.
- Paulo ajudará Ana Cláudia no FIP Enseada.
- Anselmo vai quebrar sigilo das empresas do Funaro. Depois, avaliaremos se as quebras da Sépsis ficarão num único número do Simba ou em diversos números de casos.
- Anselmo vai verificar entrada e saída do país (julho de 2009) de Wagner Pinheiro e um gerente que foi com ele para Austrália, possivelmente às custas da J&F, conforme autorização registrada na ata de 25 de junho de 2009.
- Ficou pendente a designação de quem substituirá a Carmen, durante sua licença, à frente dos casos Lupatech, Ações da Itaúsa e Aquisição de Ações da OI. Ana Cláudia, Paulo e Cristiane decidirão sobre isso.
- Anselmo pedirá a análise de risco do BNDES sobre o financiamento da Florestal/Eldorado.
- Surgiu a proposta de que Anselmo, Paulo e Andrey fiquem como coordenadores da FT. Será feita consulta aos demais membros da FT.
- Anselmo deve pedir judicialmente para provas reunidas pela Trench serem compartilhadas com as instituições, especialmente caso BVA.
- Anselmo priorizará a apresentação das denúncias referentes aos casos Cevix e RG Estaleiros.

## Reunião

30 de março de 2017

CIA Petrobras (Carlos, Caio, Daniela etc.)

- Conflito com a Petrobras sobre bases de e-mails.
- Problema da conversão as bases de e-mails.
- Caso Trendbank: falta de acompanhamento na entrada e no andamento do investimento, do portfólio de títulos que compunham o fundo. Existia outro fundo do Trendbank (Credit Mix), oferecido anteriormente à Petros, que não estava bem. Houve defasagem também na análise do rating. Austin fez o rating.
- Meta era 120% do CDI. Performou o FIDC bem no início. Houve contaminação posterior por parte do Cruzeiro do Sul.
- Trendbank era operador e gestor do FIDC.
- A partir de 2013, havia avaliações da própria Austin com deterioração da percepção risco. Apesar disso, não houve movimentação da Petros para sair do investimento.
- Planner entra em 2013. A administradora anterior era a Petra. Até o final do ano, Trendbank continua como gestor.
- Plural entra no FIDC em abril de 2014 como gestora. Por seis meses, antes disso, ficou a Evocat.
- Começaram a entrar títulos estranhos a partir de 2013 (?)
- Análises da Petros não são críticas, inclusive sobre risco.
- Sobre o FIP Enseada: fatos já narrados à FT.
- Sobre o FIP Florestal: em 2 de novembro de 2008, antes da decisão, já houve processo de Funcef e Petros de escolha do gestor do fundo. A entrada do pedido de investimento na Petros dá-se em julho de 2008. Nesse prospecto já amarrava que as EFPC entrariam no FIP.
- Pedir análise de risco do BNDES sobre o financiamento da Florestal.
- Na mesma ata de 25 de junho de 2009, que aprova o investimento na Florestal, aprova-se a viagem do presidente Wagner Pinheiro de Oliveira para Austrália, para ver ações da JBS lá. Em seguida, tiraram férias e ficaram por lá. Foi com ele Aucinei Cardoso Rodrigues, gerente executivo da parte imobiliária. Pedir entrada e saída do país deles. Viagem dia 13 a 18 de julho de 2009. A diretoria aprovou, em ata, as férias remuneradas. Já havia ações da JBS em poder da Petros na época?
- Na agenda eletrônica da base note de Wilson Santarosa, gerente executiva de comunicação, aparece reunião de que 29 de outubro de 2010; reúne-se com Wagner Pinheiro (e Luiz Carlos Barreto) e Joesley Batista. Após o último aporte e o início da fusão.
- "Saudade" surgia com frequência. Mochila. Caloi. Podem ser referência a propinas.

Reunião

30 de março de 2017

Petros (Walter – presidente –, Dulcídio – gerente de auditoria-AI – e Barenco – Jurídico)

- Foi concluída a CIA do FIP Enseada; após já a conclusão, identificaram novos e-mails que indicam o conhecimento sobre a desatualidade dos laudo de avaliação de marca, elaborado pela Brandt. Foi enviado ao Paulo Gomes.
- Itausa deu prejuízo. Compra da Camargo Correia. Finalizada a CIA desse caso. Há auto de infração da PREVIC.
- Florestal: é importante realizar CIA sobre esse (aporte inicial e incorporação). Petros comprometeu-se a realizar essa CIA.
- Multiner: CIA em andamento.
- Energia PCH: CIA concluída. Deverá ser enviada ao MPF (Ana Cláudia)
- Global Equity: Petros comprometeu-se a realizar CIA sobre esse caso.
- Também foi comunicada a necessidade de fazer CIA sobre investimentos que tenham relação com o BVA.
- No final de 2015, Petros deliberou a contratação do escritório Vieira Resende para fazer relatório sobre o trabalho da Ernst Young.
- Pedir judicialmente para provas reunidas pela Trench serem compartilhadas com as instituições, especialmente caso BVA.
- Ernst Young não compartilharam papéis de trabalho.

Reunião

31 de março de 2017

CVM (FT, Milla e Marco Antônio)

- SRE (Superintendência de Registro), chefiada por Dov Rawet, está auxiliando o Marco Antônio (SIN) na análise das valuations da Florestal e Eldorado. Resultado deverá sair dentro de 2 ou 3 meses. Na próxima reunião da FT no Rio, deverá ser convidado Rawet para alinhamento.
- Após a finalização da avaliação referente ao caso Florestal/Eldorado, decidir-se-á em conjunto se a nova análise será referente ao caso RG Estaleiros ou ao caso Global Equity.
- SFI (Superintendência de Fiscalização Externa), chefiada por Mário Lopes, e em especial a GFE1 (chefeada por Marcelo Araújo), está realizando a fiscalização de diversos investimentos investigados pela Greenfield, como o caso Global Equity. Milla ficou de enviar a relação de casos da Greenfield que estão na SFI. Após, a FT no Rio marcará reunião com a SFI.
- CVM/SIN vai complementar o relatório de análise do Trendbank, formando novo termo de acusação, que deverá ser remetida para Paulo Gomes.
- Há novo relatório de fiscalização da SFI sobre o caso Bioenergia, que será entregue a Anselmo, para depois repasse a Ivan Marx.
- CVM passará novas informações à FT sobre o inquérito aberto sobre o caso da aquisição de participação acionária da OI por Funcef, Petros, Previ, Celos e Libertas.

R6. Estaleiros → Rio Grand do Sul | Quinici  
Uau



42

*Supremo Tribunal Federal*  
*Secretaria Judiciária*  
*Coordenadoria de Processamento Inicial*

**Termo de recebimento e autuação**

Estes autos foram recebidos e autuados nas datas e com as observações abaixo:

**Inq nº 4489**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

ORIGEM. : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NÚMERO DO PROCESSO NA ORIGEM : 4489

AUTOR(A/S)(ES): SOB SIGILO

PROC.(A/S)(ES): SOB SIGILO

QTD.FOLHAS: 100 QTD.VOLUME: 1 QTD.APENSOS: 0

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL | Investigação Penal

DATA DE AUTUAÇÃO: 03/05/2017 - 13:45:01

**Certidão de distribuição**

**Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. EDSON FACHIN, com a adoção dos seguintes parâmetros:**

- Característica da distribuição: PREVENÇÃO DO RELATOR/SUCCESSOR
- Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor: INQUÉRITO nº 4483
- Justificativa: RISTF, art. 69, caput

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 03/05/2017 - 13:57:00

Brasília, 03 de Maio de 2017.

**Coordenadoria de Processamento Inicial  
(documento eletrônico)**

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao (à) Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
Ministro(a) Relator (a).

Brasília, 3 de maio de 2017.

PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS  
Matrícula 1775

Certidão gerada em 03/05/2017 às 13:57:09.

Esta certidão pode ser validada em <https://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> com o seguinte código CDZZP02F5JL.

**PATRICIAP, em 03/05/2017 às 14:08.**

INQUÉRITO n. 4489

RELATOR: MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### DECISÃO

1. O Procurador-Geral da República requer a abertura de inquérito para investigar a suposta prática dos crimes de corrupção ativa (art. 333, parágrafo único, do Código Penal), corrupção passiva (art. 317, §§ 1º e 2º, do Código Penal) e organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/2013), com o envolvimento, entre outros, de Joesley Mendonça Batista (pretense colaborador), Willer Tomaz (advogado) e Ângelo Goulart Vilella (Procurador da República).

Segundo narra, o Ministério Público Federal teria sido procurado por pessoas vinculadas ao Grupo J&F, alvo de diversas investigações, para entabular um acordo de colaboração premiada. Já no primeiro contato foram apresentados elementos probatórios que indicam a possível prática de delitos por detentores de foro por prerrogativa de função, o que resultou na instauração de investigação específica. De tais elementos, merece destaque conversas gravadas com autoridades da República, em que Joesley Mendonça Batista menciona *“que sua situação em primeiro grau estaria sendo resolvida, pois estaria ‘acertando seus casos com um juiz e um procurador da República’”* (fl. 3).

Acerca desse ponto, enfatiza o Procurador-Geral da República na sequência:

“(…)

Em síntese, o candidato à colaboração e o seu advogado explicam que firmaram contrato de prestação de serviços advocatícios com o causídico WILLER TOMAZ. Tal advogado teria oferecido facilidades para o patrocínio do grupo J&F no contexto da Operação Greenfield, a qual tramita perante o primeiro grau da Justiça Federal de Brasília.

*Supremo Tribunal Federal*

O contato inicial com o advogado teria sido aviado a partir de um amigo de JOESLEY MENDONÇA BATISTA, ANDRÉ GUSTAVO VIEIRA DA SILVA, que teria feito o contato a partir da intermediação do também advogado JULIANO COSTA COUTO, atual presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do DF.

Segundo os relatos, WILLER TOMAZ, além de ter relatado uma proximidade de caráter pessoal com o juiz federal substituto da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, RICARDO SOARES LEITE, que é um dos juízes de causas de interesse do grupo em 1º grau, afirmou que teria contato com um procurador da República, que posteriormente souberam tratar-se de ANGELO GOULART VILELLA, que poderia lhes auxiliar no intento do grupo relativamente à operação.

WILLER TOMAZ narrou a JOESLEY MENDONÇA BATISTA e a seu advogado, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, que o procurador da República ANGELO GOULART VILELLA estaria em poucos dias ingressando na Força-tarefa responsável pela Greenfield. Para viabilizar essa ajuda, WILLER TOMAZ informou que repassaria ao procurador ANGELO GOULART VILELLA a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais, a título de 'ajuda de custo'.

Em seguida, WILLER TOMAZ não apenas realizou, em seu escritório, uma reunião entre o advogado da J&F, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, e o procurador da República ANGELO GOULART VILELLA, com a finalidade de tratar do caso, como também apresentou aos seus clientes documentos de acesso restrito da Força-tarefa responsável pela Greenfield (documentos que se encontram anexados aos presentes autos).

Além disso, dos relatos, é possível depreender que o advogado WILLER TOMAZ, com a possível ajuda do procurador da República ANGELO GOULART VILELLA, estaria procurando obstar ou, no mínimo embaraçar eventual processo de negociação de acordo de colaboração premiada - ora em curso. WILLER TOMAZ receava que 'seus amigos' fossem prejudicados com as colaborações do grupo J&F.

Ainda, segundo os relatos, é possível depreender uma proximidade do advogado WILLER TOMAZ com integrantes do PMDB. JOESLEY MENDONÇA BATISTA menciona, por exemplo, que percebeu um afastamento de RENAN CALHEIROS e de ROMERO JUCÁ quando surgiram notícias de que uma colaboração estava em curso, período que coincide com o contato do advogado WILLER TOMAZ reclamando acerca das possíveis tratativas de colaboração. A reaproximação desses

*Supremo Tribunal Federal*

políticos, por outro lado, coincidiu com algumas medidas de contrainformação tomadas pelo grupo J&F e por outros membros do Ministério Público Federal, para alijar WILLER TOMAZ e ANGELO GOULART VILELLA dos fatos” (fls. 3-5 da inicial).

Além de juntar portarias confirmando a indicação do referido membro do Ministério Público Federal para atuar nas respectivas demandas de interesse do grupo empresarial, anexa-se ao pedido documentos apresentados pelos futuros colaboradores que, em tese, seriam de uso restrito da força-tarefa responsável pela operação Greenfield. Há, por fim, os termos de depoimento já coletados, os quais, no que interessa a esta fase processual, esclarecem conforme transcrito às fls. 5-12:

“JOESLEY MENDONÇA BATISTA

Que, na conversa com o advogado Willer Tomaz, inclusive a respeito dos honorários cobrados, o advogado falava que tinha proximidade a um juiz chamado Ricardo Soares Leite, que não era o titular da vara, mas seria o substituto da vara em que o caso tramitava; Que achava que aquilo poderia ajudar; Que o advogado deixou claro que não havia propina, mas apenas amizade e proximidade com o juiz (grifo nosso); Que cobrou um jantar junto com o magistrado e o advogado, então, para comprovar os fatos; Que, então, foi acertada a tratativa, mas que quer deixar claro que não havia indicativo de que teria entre o advogado e o juiz algum negócio financeiro, mas apenas uma boa relação; (...) Que após contratado, o Francisco foi fazer visita a ele, Tomaz, para acertar a estratégia jurídica; Que o escritório dele fica na QI 3, Conjunto 01; Que depois de tudo certo, o advogado Tomaz comentou que tinha um amigo dele o qual iria se juntar à força tarefa do procurador Anselmo da Greenfield; Que o advogado disse que seu amigo, o procurador, ia poder ajudar no seu caso; Que, então, passadas uma semana ou duas, o Francisco comentou que esteve lá para tratar dos assuntos e havia uma pessoa, de nome Ângelo, se dizendo procurador da república, do Rio de Janeiro, e estaria sendo parte da força tarefa, estaria sendo nomeado; Que Francisco encontrou com esse procurador no escritório do Willer Tomaz e que tiveram os três uma reunião conjunta (grifo nosso); Que se recordou, então, que o advogado Willer Tomaz havia comentado desse contato com um membro do Ministério Público; Que as tratativas da defesa da empresa se seguiram, quando o Francisco avisa a ele que recebeu, no Whatsapp, do Willer Tomaz, a mensagem da nomeação do Angelo na força tarefa; Que então percebeu que era verdade, que o advogado disse aquilo e aquilo ia acontecer e aconteceu mesmo (grifo nosso); Que aquela pessoa encontrada por Francisco no escritório do advogado era realmente um procurador da república que foi integrado na Força-Tarefa da Greenfield; Que começou a acreditar que poderia ter alguma relação entre o advogado e o procurador; (...) Que o advogado pegou o celular dele e disse, ‘olha, semana passada, o Ângelo teve a primeira reunião de

*Supremo Tribunal Federal*

trabalho dele' e, coincidentemente, foi justamente o depoimento que o Mário Celso, ex-funcionário do grupo JBS, teve com o procurador Anselmo; Que o Ângelo teria mandado para Willer Tomaz a gravação de toda a audiência, da oitiva de Mário Celso na sede do Ministério Público; Que Ângelo estaria junto, na oitiva, e teria gravado e mandado o áudio para o advogado Willer Tomaz; Que, então, acreditou que o negócio do procurador seria verdade; Que o advogado teria dito que iria dar R\$ 50.000,00 por mês, para o Ângelo, a título de 'ajuda de custo' para ajudar no caso (grifo nosso); Que quando o advogado aparece com a gravação e com o nome 'Ângelo' nas trocas de mensagens, o depoente percebeu a gravidade do assunto; Que o advogado mostrou para o depoente o próprio celular e o depoente pôde visualizar enorme quantidade de mensagens trocadas entre o advogado e o procurador, tendo ainda constatado que, de fato, o áudio havia sido enviado pelo procurador ao advogado. (...) Que, depois, procuraram a PGR, ainda em uma primeira conversa, para tratar das colaborações, foi ainda uma primeira tratativa aqui na PGR; Que, não sabe como, mas acha que o Ângelo ficou sabendo desse evento, porque logo depois da vinda à PGR, o Willer Tomaz ligou para o Francisco dizendo que sabia da delação, bastante nervoso, dizendo que estava com medo que 'os amigos dele fossem prejudicados' (grifo nosso); (...) Que ainda, no dia seguinte, várias pessoas ligadas ao PMDB, turma do Senado, se afastaram do depoente; Que em Brasília correu a história da delação; Que ouviu dizer que o Tomás teria relações com o PMDB do Senado; Que ficou receoso com o fato de o procurador da força tarefa da Greenfield poder estar vazando informações; Que ai pediu ao Francisco para falar com o Anselmo, procurador, que alguma da sua equipe está vazando informação; Que Francisco teria contado por alto o caso; Que deste dia em diante o Anselmo, quem acredita ser uma pessoa muito séria, passou a fazer contrainformação; Que deste dia em diante percebeu que foram parando os boatos; que então o advogado voltou a normalidade dos contatos, os quais tinham ficado escassos; Que, então, os políticos que tinham se afastado também voltaram a contactá-lo, como o senador Renan e o senador Romero Jucá; Que percebeu um certo movimento de volta de contatos (grifo nosso); (...) Que tudo isso é muito novo para o depoente e seus funcionários, que ele vive em um Brasil que trabalha há 30 anos e que nunca pôde confiar 100% em uma instituição brasileira; Que em geral apenas teve contato com instituições corruptas; Que teve receio dos fatos, quando se deparou com a situação que um procurador da força tarefa estava se vendendo; Que se questionava quem mais poderia estar envolvido; Que teve receio de relatar, em um primeiro contato; Que a seriedade em que os assuntos foram tratados o fez acreditar que estava em um ambiente seguro; Que no primeiro dia ficou preocupado inclusive com o Dr. Anselmo, preocupado que ele também estivesse envolvido; Que depois, ao conhecê-lo melhor e ao conhecer os demais membros da FT Lava Jato na PGR adquiriu confiança para relatar os fatos com detalhes (grifo nosso); Que está trazendo esse caso porque o acha muito relevante, em face do perigo que é ter um procurador como esse dentro de uma força-tarefa; Que esses fatos foram um dos motivos que fez o colaborador, inclusive, procurar a PGR para fazer uma colaboração;

*Supremo Tribunal Federal*

FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

(...) Que nessa reunião com o advogado Willer Tomaz, em que ele fez todo um discurso comercial, do trabalho dele, Tomaz disse que ia mostrar a confiança e a qualidade; Que Tomaz disse que ia apresentar um amigo, que então entrou uma pessoa na sala, que essa pessoa seria um procurador da república, de nome Ângelo Goulart, que estaria lotado no Rio de Janeiro, mas estava trabalhando com TSE; Que na oportunidade foi mencionado que Ângelo iria compor a força tarefa da GreenField; Que falou prazer em te conhecer e queria aproveitar a oportunidade pra discutir com ele a causa (grifo nosso); (...) Que reconhece o procurador deste dia com o da foto ora apresentada; Que se lembra que aquela apresentação era para provar aquilo que Tomaz já tinha prometido para o Joesley; (...) Que ficou constrangido com a situação de conhecer a autoridade ali, naquela situação; (...); Que falou pro Joesley com espanto sobre o fato de o advogado ter colocado um procurador na sala para falar com ele; Que, na época, depois houve a prisão do Mário Celso; Que depois estratégias jurídicas foram tratadas entre os advogados, tramites normais; Que a prisão do Mário Celso foi no dia 08 de março de 2017; Que o cargo que ele ocupava era de sócio do Joesley na Greenfield; Que após a prisão dele houve a audiência ou reunião dele, entre Mário Celso, acompanhado do filho, o Anselmo e o procurador Ângelo; Que alguns dias depois dessa audiência o advogado Willer Tomaz manda por Whatsapp cópia da portaria nomeando o procurador Ângelo para a Greenfield; Que lembra depois da ligação do Tomaz para tratar sobre a possível delação; Que o Tomas perguntou se seria possível que outro advogado estivesse tratando de colaboração com a PGR; Que, de pronto negou o fato, apesar de confirmar que sempre existe a chance de outro advogado estar fazendo, mas, se isso fosse verdade, o depoente saberia; Que o advogado teria falado: 'Cuidado para o Joesley não prejudicar meus amigos'; Que o advogado teria dito ainda que a colaboração já teria 80% do assunto reduzido a termo (grifo nosso); (...) Que, nessa oportunidade, o Willer Tomaz lhe entregou alguns documentos, que seriam relatórios da FT da Greenfield; Que se recorda de informações referentes a CVM; Que o Tomaz não confirmou que os relatórios foram entregues pelo Ângelo, mas acha que ele não confirmou por receio de estar sendo gravado; Que nesta conversa o advogado Tomaz retomou no tema delação e indagou se um dos assuntos, dos anexos, poderia ser da relação entre o Tomaz e o Ricardo, que na hora o depoente mandou o Tomaz esquecer o assunto de delação, que não haveria; Que o depoente confirma existirem detalhes interessantes nos documentos referentes aos casos (grifo nosso); Que a letra constante dos documentos não é do depoente, mas não sabe de quem é; Que, ainda na conversa o advogado Tomaz, este reclamou dos honorários, cobrou mais por tudo que estava oferecendo; Que nessa conversa falou que um terço do que cobrou foi pro Juliano Costa Couto, um terço foi para o André e o restante foi pra alguém que não se lembra quem foi; Que até 19 de abril, os contatos diminuiram muito com o advogado Tomaz, mas que perguntou para o Willer Tomaz se havia mesmo remuneração para o procurador, o que foi confirmado, no valor de 50.000,00; Que no mesmo dia, 19 de abril, o advogado, por meio de Facetime, entrou em contato com o depoente, e na conversa mostrou o Ângelo, procurador, que cumprimenta o depoente; que nessa conversa o

Supremo Tribunal Federal

**Willer Tomaz tenta marcar um jantar em São Paulo, mas não comparece** (grifo nosso); (...) Que no dia seguinte, o Tomaz pergunta: “quem é o advogado que vai na PGR falar em nome de vcs”, porque haveria alguém que estaria indo na PGR tratar de colaboração em nome do grupo econômico JBS; Que o depoente negou o fato e disse que era ele, o depoente, que desde 2007, 2008, por conta de problemas ambientais, representa o grupo perante a PGR; Que a conversa no FaceTime ora referida ocorreu no dia 19 de abril, por volta das 11h44min; Que neste ato, entrega quatro folhas de documentos: (...) Que o depoente identifica temas relevantes referentes à Greenfield nos documentos, com detalhes da operação; Que o Willer Tomaz o teria explicado alguns tópicos nos papéis; Que os escritos nos papéis já estavam, não inseriu nada; (...) Que não lembra bem, agora, se o Tomaz falou de valores para ele diretamente sobre os R\$ 50.000,00 para o procurador, mas confirma que sabe do tema, talvez por ter ouvido do Joesley; (...) **Que ainda nesse dia foi marcado em um jantar com o Ângelo em Brasília, na terça-feira, dia 25 de abril de 2017; Que recentemente o advogado Willer Tomaz teria ligado para o Ângelo para tentar agendar a data, mas que não houve o jantar, por conta das negociações da colaboração; Que o depoente, então, desmarcou o jantar do dia 25 de abril de 2017, mas tentou, depois, remarcar o jantar com o Willer Tomaz e o procurador; Que então o advogado Willer Tomaz remarcou o jantar para a próxima quarta-feira, em São Paulo, com o procurador Ângelo, dia 03 de maio de 2017 (grifo nosso); Que neste ato está entregando os quatro documentos supra referidos”.**

2. Como sabido, apresentado o pedido de instauração de inquérito pelo Procurador-Geral da República, incumbe ao Relator deferi-lo, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas indicadas, exceto se, a toda evidência, revelarem-se inteiramente infundadas, conforme as exceções elencadas nas letras “a” a “e”, da norma regimental, as quais, registro, não se fazem presentes no caso.

Desde logo, ressalto que, com relação à competência desta Corte Suprema, o estágio inicial das investigações demonstra a imbricação dos fatos aqui indicados com aqueles objetos do procedimento de colaboração premiada, inclusive no que tange ao contexto apurado em outro inquérito autônomo. Aliás, um dos delitos, aqui e lá narrados, diz respeito à existência de suposta organização criminosa que, em tese, estaria obstruindo investigações, o que determina, *a priori*, a incidência da Súmula 704 do Supremo Tribunal Federal, anotando-se que “a decisão pela manutenção da unidade de processo e de julgamento perante o Supremo Tribunal Federal ou pelo desmembramento de ação penal está sujeita a questões de

*Supremo Tribunal Federal*

*conveniência e oportunidade, como permite o art. 80 do Código de Processo Penal” (Inq 3.412, Rel. Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, DJe de 8.10.2014).*

3. À luz dessas considerações, **defiro o pedido de instauração do inquérito** formulado pelo Procurador-Geral da República, com a juntada dos documentos que acompanham a petição inicial e a providência indicada no item “(iii)” à fl. 16. Determino, ainda, a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República para que, com a autoridade policial, cumpra as diligências solicitadas nos itens “(i)” a “(iii)” às fls. 16-17.

Intime-se exclusivamente o Procurador-Geral da República

Brasília, 3 de maio de 2017.



Ministro **EDSON FACHIN**  
Relator





*Supremo Tribunal Federal*

**SIGILOS**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

INQUÉRITO 4.489

AUTOR:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

(Seção de Processos Originários Criminais)

O Ministro **EDSON FACHIN**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe,

**MANDA**

que o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, **INTIME** o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, ou a quem suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão de cópia em anexo.

Dado e passado no Supremo Tribunal Federal, em 3 de maio de 2017.

Assinatura manuscrita de Edson Fachin, consistindo em traços fluidos e entrelaçados que representam o nome e o sobrenome.

Ministro **EDSON FACHIN**  
Relator



Supremo Tribunal Federal

**SIGILOSO**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

INQUÉRITO 4.489

AUTOR:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

*Realizado em 3/5/17*

(Seção de Processos Originários Criminais)

O Ministro **EDSON FACHIN**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe,

**MANDA**

que o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, **INTIME** o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, ou a quem suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão de cópia em anexo.

Dado e passado no Supremo Tribunal Federal, em 3 de maio de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**  
Relator

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária

**CERTIDÃO**


**INQ nº 4489**

Certifico que, nesta data, nas dependências do gabinete do Exmo. Sr. Min. Relator, recebi o processo indicado em epígrafe, sem decisão.

Certifico, ainda, que em cumprimento à decisão proferida nesta data, nas Ações Cautelares nº 4430 e 4431, procedi à retificação da autuação destes autos para incluir investigados e retirar o grau de sigilo.

Certifico, por fim, que, nos termos do que determinado nas referidas decisões, apensei a estes autos as referidas Ações Cautelares, bem assim as de nº 4319 e 4320.

Brasília, 18 de maio de 2017.



Patrícia Pereira de Moura Martins – Mat. 1775